

ELEIÇÕES 2026



ELEJA A EDUCAÇÃO PÚBLICA




SindUTE
SOMOS TODOS NÓS

APRESENTAÇÃO

“ Os profetas não são homens ou mulheres desarrumados, desengonçados, barbudos, cabeludos, sujos, metidos em roupas andrajosas e pegando cajados. Os profetas são aqueles ou aquelas que se molham de tal forma nas águas da sua cultura e da sua história, da cultura e da história do seu povo, dos dominados do seu povo, que conhecem o seu aqui e o seu agora e, por isso, podem prever o amanhã que eles mais do que adivinham, realizam.”

Paulo Freire

Minas Gerais chega às eleições de 2026 com sua escola pública sob ataque. Há oito anos, a educação foi submetida a um mesmo princípio, repetido sob nomes diferentes: tirar do Estado a responsabilidade direta pela escola e entregá-la, peça por peça, à lógica do mercado. Municipalização, PPPs, terceirizações, tentativas de militarização e um arrocho salarial sem precedentes formam o desenho de uma escola que deixa de pertencer ao povo mineiro.

A campanha “Eleja a Educação” nasce para responder a esse projeto com outro projeto. Ela surge do aqui e agora de quem vive diariamente os efeitos da política de destruição da educação mineira e, por isso, já enxerga com clareza o amanhã que precisa ser construído.

Em 2026, os trabalhadores e trabalhadoras em educação de Minas Gerais assumem este compromisso: transformar a indignação com oito anos de ataques em participação política organizada, elegendo a educação pública como prioridade nas ruas e urnas.

O LEGADO DO GOVERNO ZEMA/SIMÕES

Oito anos de governo Zema/Simões deixam marcas profundas na educação mineira. O quadro a seguir sintetiza esse legado, reunindo os principais ataques que transformaram a escola pública em alvo constante de ameaças e desvalorização.

Desmonte da política remuneratória dos trabalhadores em educação e ataque à Lei Estadual do Piso

Ao acionar a Justiça, por meio de ADI contra a Lei Estadual 21.710/2015, o governo Zema usou a força do Estado para atacar uma conquista histórica da categoria e desmontar a política remuneratória dos trabalhadores em educação. Esse ataque é a expressão máxima de seu projeto de desvalorização da educação pública em Minas Gerais.

Fechamento de turmas, superlotação e desmonte da educação integral

O sucateamento da rede estadual de ensino revela a tentativa permanente do governo Zema de reduzir a responsabilidade do Estado com a oferta da educação pública. Em 2019, o governo Zema foi responsável pelo corte de 81 mil vagas no Programa Escola de Tempo Integral, provocando a demissão de 9 mil educadores. Já no início do segundo semestre, a gestão anunciou a fusão de turmas em 225 escolas. Essa ação integra um projeto contínuo de enfraquecimento da rede estadual.

Ataque ao mínimo constitucional de investimento em educação pública

O mínimo constitucional de 25% é uma garantia essencial para proteger o financiamento da educação pública e assegurar recursos para escolas, estudantes e trabalhadores em educação. Ao defender o fim desse percentual sob o argumento de que ele “engessa” a gestão, Zema reafirma a educação pública como alvo de seu projeto político. Segundo o Ministério Público de Contas, em 2019 e 2020 o governo aplicou apenas 19,8% e 20,73%, respectivamente, deixando de investir mais de R\$ 5 bilhões na educação pública mineira; no mesmo período, a gestão abriu mão de aproximadamente R\$ 14,2 bilhões em renúncias fiscais.

Retirada de direitos previdenciários dos servidores públicos estaduais

A Reforma da Previdência enviada pelo governo Zema, com aumento de alíquotas, mudanças nas regras de aposentadoria e contribuição de aposentados e pensionistas, representou uma grave investida contra direitos de quem dedicou a vida ao serviço público. Em vez de enfrentar os problemas estruturais do Estado sem sacrificar seus trabalhadores, o governo escolheu impor perdas financeiras, insegurança e adiamento da aposentadoria a servidores que já conviviam com anos de desvalorização.

Abandono dos estudantes e trabalhadores da educação durante a pandemia

Durante a pandemia, o governo Zema abandonou estudantes e trabalhadores da educação ao não garantir uma política efetiva de acesso à aprendizagem, inclusão digital, segurança alimentar e proteção da vida. As medidas adotadas agravaram desigualdades, especialmente entre estudantes que dependem da escola pública não apenas para aprender, mas também para acessar condições mínimas de dignidade. Para os profissionais da educação, o período significou sobrecarga, falta de estrutura e tentativa de retorno presencial sem segurança sanitária plena, enfrentada pela categoria com a greve sanitária em defesa da vida.

Desresponsabilização do Estado da oferta do ensino e municipalização por meio do Projeto Mãos Dadas

Sob o discurso de cooperação entre Estado e municípios, o Projeto Mãos Dadas representa uma política de desresponsabilização do governo estadual com a oferta da educação pública. A municipalização ameaça a continuidade da oferta, a qualidade do ensino e a relação histórica entre as escolas estaduais e suas comunidades.

Privatização da gestão das escolas estaduais por meio do Projeto Somar

Disfarçado sob o nome de “gestão compartilhada”, o Projeto Somar abre as portas da escola pública estadual para a privatização. Ao repassar escolas públicas estaduais para Organizações da Sociedade Civil, o governo Zema abre caminho para que interesses privados passem a interferir na administração, na organização e na vida das comunidades escolares. A medida retira do Estado sua responsabilidade direta sobre a escola pública, ameaça a gestão democrática e transforma a educação em espaço de disputa por contratos, controle e mercado.

Precarização dos vínculos de trabalho

A expansão dos contratos temporários na rede estadual revela uma escolha política do governo Zema pela precarização do trabalho na educação. Nos últimos anos, Minas ganhou 65,3 mil professores temporários e perdeu 69,3 mil efetivos, enquanto os concursos realizados não recompuseram, na proporção necessária, o quadro permanente da rede. Ao manter milhares de profissionais em vínculos frágeis, instáveis e com menos direitos, o governo enfraquece a carreira pública, transformando uma prática já considerada inconstitucional pelo STF em modelo permanente de gestão da educação pública.

Veto ao reajuste do piso nacional do magistério

Em 2022, o governo Zema enviou à ALMG uma recomposição geral de 10,06%, ignorando o reajuste de 33,24% do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério. Após a mobilização histórica da categoria e a aprovação, pela Assembleia, da emenda que garantia o cumprimento do piso, o governador vetou os dispositivos que asseguravam esse direito.

Fechamento de escolas estaduais por terminalidade e redução da oferta pública de ensino

A chamada “terminalidade” funciona como o fechamento gradual da escola pública: novas matrículas deixam de ser abertas e a unidade é esvaziada pouco a pouco até encerrar suas atividades. Essa prática escancara o modus operandi do governo Zema: sucatear e estrangular a rede estadual, reduzir a oferta pública de ensino, abrir caminho para a privatização e se desresponsabilizar pela oferta do ensino.

Aumento dos custos de saúde dos servidores

Ao alterar as regras de assistência à saúde do Ipsemg, o governo Zema escolheu repassar aos servidores o custo da crise do instituto, aumentando descontos sobre a remuneração sem apresentar garantias concretas de melhoria no atendimento. Os aumentos nos descontos para contribuições dos servidores chegam a 81,8%, atingindo diretamente trabalhadores ativos, aposentados e pensionistas. Em vez de enfrentar os problemas estruturais do Ipsemg com transparência, auditoria e diálogo com os beneficiários, o governo tentou impor mais uma conta aos servidores, ao mesmo tempo em que colocava em discussão a venda de imóveis do próprio instituto.

Desvalorização das ASBs

A desvalorização das ASBs revela uma das faces mais cruéis do projeto do governo Zema para a educação pública. Essas trabalhadoras chegaram a receber menos que o salário mínimo, situação que afetou sua sobrevivência imediata e também seus direitos previdenciários, já que contribuições abaixo do mínimo podem não ser contabilizadas para aposentadoria e outros benefícios. Mesmo integrando a carreira da educação, essas servidoras seguem historicamente sem a realização de concursos públicos que garantam vínculo efetivo, carreira e estabilidade, sendo mantidas em relações precárias ao longo de toda uma vida dedicada à escola. Soma-se a isso a luta pelo pagamento do adicional de insalubridade, direito que o Estado insiste em não reconhecer.

Militarização das escolas estaduais e ataque à gestão democrática

Em vez de enfrentar os desafios da convivência escolar com valorização profissional, diálogo, políticas pedagógicas e fortalecimento da comunidade escolar, o governo Zema tentou ampliar um modelo que fere a gestão democrática, a liberdade pedagógica e a autonomia das escolas. Além disso, a proposta abre caminho para a terceirização e a privatização da vida escolar, ao aproximar a gestão da escola pública de agentes externos à carreira da educação, como militares contratados por associações privadas, substituindo a formação crítica por padronização, tutela militar e controle.

Privatização da infraestrutura escolar por meio de PPPs

Esse modelo de Parceria Público Privada representa mais uma tentativa de privatização por meio da entrega de 95 escolas à lógica empresarial. Na prática, o governo Zema desloca recursos da educação para bilionários. As ASBs são as principais ameaçadas por esse modelo: depois de anos dedicadas às escolas, sem valorização, carreira e estabilidade, podem ser descartadas em nome de uma concessão que transforma a educação pública em negócio.

Fechamento de turmas da EJA e negação do direito à educação de jovens e adultos trabalhadores

O fechamento de turmas da EJA aprofunda uma das formas mais cruéis de negação do direito à educação: negar novamente a escolarização a pessoas que já foram impedidas de concluir seus estudos na idade regular. Desde o início do governo Zema, a política de fechamento de turmas atinge a rede estadual, mas na EJA esse processo tem impacto ainda mais grave, pois afeta jovens, adultos, idosos, em sua maioria trabalhadores, que dependem de ofertas flexíveis para conciliar estudo e trabalho. Ao barrar novas turmas, restringir a oferta nos CESECs e reduzir a presença do Estado nessa modalidade, o governo transforma uma dívida histórica com a classe trabalhadora em mais uma frente de desmonte da educação pública.

Descumprimento das metas do Plano Estadual de Educação

O descumprimento das metas do Plano Estadual de Educação mostra que o governo Zema governa contra a própria lei que deveria orientar a política educacional de Minas. O PEE estabelece metas de acesso, qualidade, inclusão, financiamento, gestão democrática e valorização dos profissionais, mas a gestão estadual descumpre 16 das 18 metas e ainda apresenta, como resposta, programas que caminham na direção oposta: fechamento de turmas, precarização do trabalho, municipalização e privatização.

Uso questionável dos recursos da educação em contrato milionário de material didático

O contrato milionário de R\$ 348,4 milhões para compra de material didático representa um dos episódios mais graves da gestão da educação em Minas Gerais. Em uma rede marcada por falta de estrutura, fechamento de turmas, desvalorização profissional e descumprimento de metas educacionais, recursos públicos que deveriam responder às necessidades reais das escolas foram direcionados a uma contratação cercada de questionamentos, fora do planejamento inicial da pasta e sob investigação dos órgãos de controle. A exoneração do secretário não encerra a responsabilidade política do governo Zema/Simões: cabe ao Estado responder por um escândalo que expõe, mais uma vez, a transformação da educação pública em espaço de contratos milionários, interesses privados e possível mau uso dos recursos que pertencem aos estudantes e trabalhadores.

Criminalização da luta sindical e perseguição aos trabalhadores em educação

A ofensiva contra a organização dos trabalhadores mostra, mais uma vez, que a escolha do governo Zema é tratar os profissionais da educação como inimigos a serem combatidos com coerção, judicialização e punição financeira. Ao cobrar multa pela greve, pedir bloqueio de contas do Sind-UTE/MG, cortar pontos em dias de paralisação e dificultar a negociação da reposição, o governo usa a força do Estado para tentar enfraquecer a entidade que organiza a categoria. Essas práticas não protegem a carga horária dos estudantes, mas buscam intimidar trabalhadores, restringir o direito constitucional de greve e transformar a reivindicação por direitos em motivo de perseguição.

Manipulação de indicadores educacionais e ataque à autonomia pedagógica

A busca por melhorar indicadores a qualquer custo transforma a educação pública em vitrine de números, não em compromisso real com a aprendizagem. O chamado “Aprovaço”, denunciado pelo Sind-UTE/MG como tentativa de manipular dados de avaliação e fluxo escolar, expressa uma política que passa por cima da autonomia docente, da avaliação pedagógica e da realidade dos estudantes para produzir resultados artificiais. Essa lógica se soma à plataformização, ao controle por metas e ao desrespeito do fazer pedagógico, submetendo professores e escolas a uma gestão orientada por índices, rankings e aparência de eficiência.

Fechamento de escolas regulares para expansão eleitoreira dos Colégios Tiradentes

A proposta de transformar escolas estaduais regulares em Colégios Tiradentes representa mais uma forma de fechamento da escola pública. Ao substituir unidades da rede estadual por um modelo vinculado à Polícia Militar, com legislação, gestão e finalidade próprias, o governo Simões/Zema reduz a oferta regular sem apresentar diagnóstico público, estudo de impacto ou garantia real para estudantes, trabalhadores e comunidades atingidas. Sob o discurso de expansão, a medida aprofunda o desmonte da rede estadual, pois retira da população escolas que hoje atendem diferentes públicos e modalidades, como EJA, tempo integral e ensino técnico, para impor um modelo seletivo que não cumpre a mesma função social da escola estadual regular.

O PROJETO DE EDUCAÇÃO QUE DEFENDEMOS

Defendemos uma escola pública que seja, ao mesmo tempo, espaço de liberdade e de rigor, de crítica e de afeto, de ciência e de cultura popular. Uma escola que não organize seu currículo pelo peso em avaliações externas, mas pela formação integral de quem nela estuda e trabalha. Uma escola que devolva às comunidades o poder de decidir sobre seus próprios rumos.

OS PILARES DO PROJETO

Valorização permanente dos(as) trabalhadores(as) em educação, como condição inseparável da qualidade da educação.



Educação como direito social a ser garantido pelo Estado.

Gestão pública e democrática, com eleição direta para diretores e fortalecimento dos conselhos escolares, do Fundeb, da alimentação e do transporte escolar.



Currículo crítico e diverso, que dialogue com a cultura, a ciência e a realidade social, em vez de se submeter à padronização e à pedagogia de resultados.

Escola pública para todas as infâncias e juventudes: do campo, das aldeias indígenas, dos quilombos e da EJA.



MOBILIZAÇÃO

Educação não se terceiriza.
Educação se *constrói* com o povo.

A categoria e as comunidades mineiras já vêm, há anos, resistindo ao desmonte da educação pública na defesa de cada escola ameaçada de fechamento ou entrega ao privado. As eleições de 2026 não inauguram essa luta: são mais um terreno onde ela se trava.

Por isso, a campanha Eleja a Educação Pública organiza sua ação em seis eixos, que visam fortalecer o diálogo e a luta coletiva já construídos com as comunidades.

EIXOS DE AÇÃO PARA A MOBILIZAÇÃO

FORMAÇÃO DE COMITÊS ELEJA A EDUCAÇÃO PÚBLICA, sob responsabilidade das subsedes do Sind-UTE/MG, retomando e atualizando a experiência dos Comitês de Luta organizados desde 2022: **núcleos de base por região, escola ou território, que discutem o legado do governo Zema/Simões, divulgam a Carta-compromisso, cobram candidaturas localmente e mobilizam o voto, promovendo:**

- ✓ Rodas de conversa e assembleias nas escolas, sindicatos e organizações comunitárias, levando os dados desta campanha para o debate direto com a categoria e a população.
- ✓ Distribuição de materiais de comunicação: cartazes, vídeos curtos, peças para redes, adesivos e panfletos.
- ✓ Cobrança pública de compromissos de candidatas e candidatos com a educação pública em debates, audiências e levantamentos eleitorais.
- ✓ Articulação com estudantes, pais, mães e responsáveis para fortalecer conselhos escolares e instâncias de participação como espaços de disputa política permanente.
- ✓ Construção de uma frente ampla em defesa da escola pública, unindo sindicato, movimento estudantil, universidades e sociedade civil.

COMO AS SUBSEDES ORGANIZAM UM COMITÊ ELEJA A EDUCAÇÃO PÚBLICA

O passo a passo é simples e replicável por cada subsede:

1 Entenda o foco do comitê - combater o projeto de mercantilização da educação pública em Minas Gerais, dando continuidade à resistência já construída com as comunidades e ampliando-a também para o terreno eleitoral.

2 Reúna os integrantes - a subsede convoca trabalhadores da educação, lideranças comunitárias, estudantes, pais e mães que já dialogam com a escola, presencialmente ou por meios digitais.

3 Cadastre o comitê junto ao Sind-UTE/MG - o cadastro permite apoio com materiais, integração entre comitês de diferentes regiões, ações formativas conjuntas e atividades simultâneas conforme o calendário da campanha.

Os comitês não nascem das eleições nem se encerram nelas: são a continuidade organizada de um diálogo entre categoria e comunidade que já provou sua força.

Em 2026, essa força também se converte em voto.



PROPOSTAS CONCRETAS PARA A EDUCAÇÃO MINEIRA

Frente aos ataques que fragilizam a rede estadual, apresentamos às candidaturas ao executivo estadual e à sociedade mineira a **Carta-compromisso com a Educação Pública**, construída coletivamente e organizada em cinco eixos fundamentais:

RESPEITO A ORGANIZAÇÃO SINDICAL

E FIM DAS PRÁTICAS ANTSSINDICAIS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- Respeito ao Sind-UTE/MG, manutenção de diálogo permanente com instituição de mesa de negociação para tratar das reivindicações dos(as) trabalhadores(as) em educação do Estado de Minas Gerais

EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE

- Manutenção da gestão pública estatal das escolas estaduais, sem PPPs, terceirização de serviços, militarização, escolas cívico-militares ou educação domiciliar.
- Reversão da municipalização do ensino fundamental e das iniciativas que reduzem matrículas ou fecham escolas da rede estadual.
- Anulação do leilão das 95 escolas estaduais realizado em 30 de março de 2026 na B3.

SALÁRIO E CARREIRA

- Pagamento integral do Piso Salarial Profissional Nacional (Lei 11.738/2008), com valorização por formação acadêmica e liquidação das dívidas acumuladas.
- Nomeação imediata de todos os aprovados em concurso vigente e realização de novos concursos para suprir o déficit de profissionais em todos os cargos da educação.
- Mecanismos de carreira que assegurem progressão por escolaridade.
- Política de formação continuada, respeitando características regionais e fundamentada na educação humanizadora.

IPSEMG E PREVIDÊNCIA SOCIAL

- Ampliação das condições de atendimento do IPSEMG, na rede própria e na conveniada.
- Fim do desconto previdenciário até o teto do INSS.

CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE

- Redução do número de estudantes por turma, respeitando parâmetros de qualidade.
- Acesso universal à internet, equipamentos tecnológicos e materiais didáticos de qualidade.
- Políticas públicas de combate ao assédio moral e que combatam o adoecimento funcional e a sobrecarga de trabalho.
- Estabelecimento de política de reestruturação das escolas públicas em face da crise climática.

Esta carta é um **chamado à responsabilidade** e ao **compromisso com o futuro da educação mineira**. Ao apresentá-la às candidaturas ao Executivo estadual, reafirmamos que a educação pública é patrimônio coletivo e direito inegociável. Cabe a cada governante assumir, diante da sociedade, que sem valorização dos(as) trabalhadores(as), sem condições dignas de trabalho e sem gestão pública estatal, não há como garantir uma escola democrática e de qualidade.





REALIZANDO O AMANHÃ

**“Ontem um menino
que brincava me falou
Que hoje é semente do amanhã
Para não ter medo que esse
tempo vai passar
Não se desespere,
nem pare de sonhar”**

O amanhã da educação mineira não virá como concessão de quem governa, mas como conquista de quem ousa sonhá-lo e organizá-lo coletivamente.

A campanha Eleja a Educação convoca trabalhadores e trabalhadoras da educação, estudantes e toda a comunidade escolar a transformar resistência em esperança, denúncia em anúncio, indignação em ação.

Em 2026, escolher a educação é recusar o presente de ataques e investir, com coragem e método, na construção de um futuro de justiça educacional para Minas Gerais.

**Se hoje é
semente do
amanhã,
vamos lá fazer
o que será!**

